

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AMERICANAS S.A. & COAPEJA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP MARÇO, 2023



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AMERICANAS S.A. & COAPEJA

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

ANA CAROLINA C. PINA, RA 1012020200174 DURCILÉIA M. MORAIS, RA 1012020200071 FERNANDA DA SILVA C. RA 1012021100148 LUANA C. DE OLIVEIRA, RA 1012020200143 TIAGO BASSINELLO, RA 1012022200531

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇAO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	4
2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	5
2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	14
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	20
2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	22
2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	26
2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	28
2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	31
2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS	32
2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	34
3. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	39
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	42

1. INTRODUÇÃO

Neste Projeto Integrado será desenvolvido as competências de Auditoria Contábil e Perícia e Arbitragem Contábil, abordando conceitos importantes a respeito das empresas: Americanas S.A. e Cooperativa Agropecuária de Jacutinga LTDA (COAPEJA).

O mercado de auditoria está em evidência no mundo empresarial, pois é através dela que os empresários irão conduzir da melhor forma o seu negócio. A auditoria é identificada como uma guardiã dos interesses empresariais, pois busca através de técnicas e procedimentos específicos, auxiliar os administradores no processo gerencial das empresas.

A perícia é uma das especialidades da contabilidade, que assim como a auditoria, é de atribuição exclusiva de contadores habilitados pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), onde se constitui numa função que necessita de aprimoração e aperfeiçoamento constante. E também de um vasto conhecimento em diversas áreas como: contábeis, tributários, econômicos, financeiros, e trabalhistas, estando atento aos conjuntos de normas que regem a atuação deste profissional na área.

No decorrer do projeto será feita uma análise sobre a estrutura do sistema de controle interno da COAPEJA, e serão demonstradas as atribuições exclusivas do contador, bem como o laudo pericial conforme a estrutura da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01.

Em seguida, será exposto o Relatório de Auditoria Independente da empresa Americanas S.A, que trará as seções da estrutura do relatório sobre as Demonstrações Contábeis

Por fim, realizará uma análise sobre o tema: Gerenciando Conflitos, e através de uma síntese, serão abordadas algumas dicas de como é possível amenizar conflitos para que não gerem impactos negativos no ambiente de trabalho.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

A auditoria serve para averiguar os processos internos e movimentações do patrimônio das empresas, ajudando a eliminar qualquer risco provocado por irregularidades e erros, auxiliando na melhora dos resultados, pois ela visa padronizar os processos. Mas para que haja a precisão das informações, é necessário ter um sistema de controle interno eficaz e eficiente para que haja o mínimo de perdas e o máximo de ganhos.

O controle interno é um conjunto de processos que visam assegurar a conformidade no processo operacional, para que se obtenha sucesso nos objetivos propostos e metas estabelecidas pela empresa, ele é estruturado para o enfrentamento de riscos, assim fornecendo certa segurança. Os responsáveis pelo controle interno são os colaboradores e os gestores.

As informações sobre os sistemas de controle são obtidas das seguintes formas:

- > Leitura dos procedimentos internos;
- > Conversa com os funcionários da empresa; e
- ➤ Inspeção física desde o início da operação até o registro contábil.

Há três formas de o auditor registrar as informações:

- > Comunicação escrita;
- > Questionários padronizados; e
- > Fluxogramas.

A ABNT ISO 19011 estabelece alguns requisitos para a competência e avaliação de um auditor e diretrizes para as organizações.

Dessa forma, é fundamental que os auditores tenham conhecimento sobre a ISO 19011 e seus princípios, para que o processo seja mais profissionalizado.

Para as empresas obterem a perfeição nos processos de gestão, elas precisam ter qualidade nos controles internos. Abaixo, algumas dicas:

- > Saber como são realizadas as tarefas ou os procedimentos;
- > Registrar as informações no sistema;
- > Operações automatizadas;
- > Operações que necessitam de intervenção humana; e
- > Relatórios emitidos, seu destino e objetivo.

٠

2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A empresa que foi avaliada no sistema de controle interno é a Cooperativa Agropecuária de Jacutinga LTDA - COAPEJA, fundada em 11 de abril de 1962 com sede na Rua Santo Antônio nº 125, centro de Jacutinga - MG, inscrita no CNPJ 21.429.865/0001-48 e IE 349.068.393.0081 possui, posto de combustíveis; fábrica de ração animal para grande porte e uma ampla e moderna loja agropecuária, onde comercializam defensivos agrícolas, fertilizantes, ração, medicamentos veterinários e ferramentas; oferece também armazenagem e comercialização de café em grão; assistência técnica veterinária e agronômica qualificada ao produtor rural associado.

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

As normas de auditoria geralmente aceitas, requerem um procedimento crítico, adequado estudo e avaliação do sistema de controle interno. Isto vai determinar a extensão dos procedimentos a serem aplicados pela segurança da emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

GERAL: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. Os lançamentos contábeis são adequadamente documentados, aprovados e registrados corretamente e sem atraso:

Sim, todos os lançamentos contábeis são devidamente registrados, documentados e aprovados pelo contador e diretoria da Coapeja nos respectivos prazos de fechamentos e entrega.

b. São levantados balancetes periódicos de todos os razões e registros originais:

Os balancetes são levantados mensalmente para conferência dos lançamentos e análise dos índices.

c. A empresa está adequadamente protegida contra prejuízos provenientes de sinistros, desfalques e outras irregularidades:

Conforme artigo 28 da lei 5764 a Coapeja é obrigada a efetuar lançamento de pelo menos 10% das sobras líquidas do exercício para reserva legal para cobrir eventuais desfalques e irregularidades.

COMPRAS E PAGAMENTOS:

a. As mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis:

O sistema de controle interno oferece relatórios e histórico da necessidade de compra, preço e fornecedor da última compra, custo médio dos produtos e cotações.

b. As compras são pronta e corretamente contabilizadas:

Todas as compras são devidamente lançadas de acordo com sua natureza: compra para revenda, compra para industrialização, compra para uso consumo, ativo imobilizado, etc.

c. Os passivos incorridos são contabilizados pelo valor correto:

Contabiliza com multa e juros previamente definidos.

d. Os pagamentos são feitos por valores corretos, por mercadorias e serviços recebidos pela empresa?

O departamento de contas a pagar efetua os pagamentos devidamente já registrados de acordo com a nota fiscal, nos valores corretos das mercadorias e serviços.

e. Os pagamentos são contabilizados pronta e corretamente:

Os pagamentos são registrados, conciliados e contabilizados digital e fisicamente.

FOLHA DE PAGAMENTO:

a. Os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados:

O sistema faz todo cálculo dos valores da folha de pagamento, cálculo de horas extras, comissões, férias, 13º salário dos funcionários pelo serviço prestado, tanto CLT quanto contratados.

b. As folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados:

Todos os funcionários e prestadores de serviços são registrados e têm seus contratos devidamente contabilizados pela empresa em seu sistema de controle, sejam CLTs, RPAs...

ESTOQUES:

a. As quantidades de estoque são corretamente apuradas e representam produtos e materiais que pertencem à empresa:

Periodicamente é feita contagem física dos estoques confrontando com o inventário contábil, efetuando ajuste caso necessário.

b. Os estoques são corretamente compilados, valorizados e lançados nas contas:

No momento de entrada no estoque os produtos são contabilizados corretamente, calculando o custo pela média ponderada.

c. Os estoques são adequadamente protegidos e segurados:

Atualmente as mercadorias para revenda não são asseguradas, apenas o armazém de café tem seguro do seu estoque pois é o que corresponde ao maior valor monetário da Coapeja.

d. Os estoques são levantados somente para fins internos da empresa e são prontamente contabilizados:

Para fins de controle interno e auditoria externa conforme lei 5764.

e. Itens em excesso, de pouca movimentação, obsoletos e defeituosos são identificados periodicamente, sendo as contas ajustadas ao valor líquido realizável:

É feita verificação de estoque periodicamente e detectando produtos dessa magnitude é feito baixa dos mesmos e ajustado automaticamente do sistema.

VENDAS, CONTAS A RECEBER E COBRANÇAS:

a. Os compromissos de vendas são feitos em condições aceitáveis para a empresa:

A empresa preza pela justa negociação em busca da solvência econômica.

b. As mercadorias despachadas são prontamente faturadas e contabilizadas pelo valor correto:

Toda venda é feita mediante nota fiscal eletrônica devidamente contabilizada.

c. Os saldos individuais, a receber de fregueses, são mostrados pelo valor real devido à empresa:

O sistema mostra devidamente os saldos a receber dos clientes em todas as situações, a vencer, vencido e baixado com juros devidamente calculados.

d. São feitas provisões adequadas para contas incobráveis, abatimento, descontos, etc:

Através de análise de inadimplências de exercícios anteriores é calculada e lançada em conta de PDD (Provisão de Devedores Duvidosos).

CAIXA:

a. Os saldos de caixa representam disponível real em mãos:

A conta caixa representa a maior disponibilidade real do ativo circulante da empresa.

b. Os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados:

Apenas para fins específicos e são devidamente registrados e contabilizados.

c. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa:

São várias as formas de recebimentos, dentre elas: cobrança bancária, transferências bancárias, cartões e espécie. Todas são conciliadas e contabilizadas em suas respectivas subcontas.

d. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável:

Sim, o sistema permite conferências e conciliações dos trabalhos manuais, possibilitando descoberta de possível irregularidade no processo da empresa.

TÍTULOS A RECEBER:

a. Títulos a receber e respectivas garantias são aceitos, modificados e liberados somente se forem devidamente autorizados:

Toda mudança no processo de recebimento é devidamente autorizada pela gerência e diretoria da empresa, para assim ser modificada no sistema.

b. Os títulos a receber respectivas garantias estão em poder da empresa:

Fica em poder da empresa, contratos e duplicatas devidamente assinados e registrados caso necessário.

c. Os saldos de títulos a receber representam valores reais devidos à empresa:

Os saldos a receber são atualizados diariamente calculando juros e multa depois do vencimento.

d. São feitas provisões adequadas para títulos incobráveis:

Através de análise de inadimplências de exercícios anteriores é calculada e lançada em conta de PDD (Provisão de Devedores Duvidosos).

e. A empresa tem controle dos títulos a receber vendidos ou descontados com cláusula de recompra (ou aval):

A cooperativa não faz uso desse tipo de negociação.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS:

a. Os valores ativados são apropriadamente atribuíveis a operações futuras:

O pagamento antecipado é contabilizado financeiramente para posterior movimentação da operação.

b. Todos os valores significativos são apropriadamente contabilizados e amortizados numa base razoável:

Sim, devidamente contabilizados e amortizados dentro das normas de contabilidade.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTROS:

a. As transações com títulos são apropriadamente autorizadas e contabilizadas:

Sim, toda transação é contabilizada.

b. Cada título emitido tem um valor nominal, taxa e data de vencimento especificados.

A data deve reembolsar o valor nominal total do título. Os títulos são adequadamente protegidos e salvaguardados.

protegrado e sarvagaaraados.

O sistema permite todo controle e proteção dos títulos emitidos pela empresa.

IMOBILIZADO:

a. Os saldos das contas do imobilizado representam propriedades reais, adquiridas ou construídas:

O imobilizado é depreciável, então o saldo das contas não representa o real valor.

b. As transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente autorizadas e contabilizadas:

Sim, o controle de imobilizado é criteriosamente controlado.

c. As aquisições de imobilizado representam débitos realmente capitalizáveis (lançados na conta):

Sim, debita contas do ativo.

d. As depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens:

As depreciações são feitas de acordo com normas de depreciação aceitável.

TÍTULOS A PAGAR E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:

a. Os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados:

Aprovados pela diretoria executiva e registrados pela contabilidade.

b. Os títulos liquidados são devolvidos à empresa, devidamente endossados e cancelados (ou autenticados):

A quitação dos títulos são devidamente registrados.

c. As cláusulas contratuais de empréstimos são obedecidas:

A Coapeja segue à risca todas as normas contratuais por ela contratadas.

CAPITAL:

a. Os dividendos são pagos corretamente aos acionistas:

A cooperativa não tem lucro, mas sobras. As sobras são destinadas aos associados definida em assembleia.

b. A movimentação nas contas de capital é devidamente contabilizada:

A cooperativa é obrigada a registrar a movimentação nas contas de capital, pois deve satisfação aos seus associados.

OPERAÇÕES:

a. Receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios:

Sim, as receitas, custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b. Receitas, custos e despesas são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações.

Sim, são devidamente classificadas e disponíveis na DRE.

c. As informações fornecidas para decisões de gerência são adequadas e corretamente compiladas.

O sistema fornece relatórios satisfatórios para análise que auxiliam na tomada de decisão.

<u>Ponto forte do sistema:</u> O sistema de controle interno da empresa COAPEJA tem sua aplicabilidade muito bem clara e estabelecida na empresa. Nota-se uma grande disciplina em manter a fidedignidade dos dados contábeis e manter uma transparência com seus associados.

O sistema permite conferências e conciliações dos trabalhos manuais, possibilitando que possíveis erros e fraudes sejam identificados no processo da empresa, efetuando ajustes caso necessário.

O sistema apresenta um histórico de compras e do custo médio dos produtos. Permite a comparação de preços e fornecedores, diminuindo a chance de superfaturamento nas compras da empresa.

<u>Ponto fraco do sistema:</u> Como todo sistema de controle, as pessoas são responsáveis pelos controles, estas pessoas podem valer-se de seus conhecimentos e competências para burlar os controles, com objetivos ilícitos.

2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Americanas S.A. têm capital aberto na B3 dentro do Novo Mercado, o nível mais alto de governança corporativa das empresas de capital aberto no país. As ações dos acionistas minoritários são ordinárias, ou seja, com direito a voto. Eles têm direito de acesso às mesmas informações da contabilidade da empresa que os acionistas controladores.

A empresa Americanas S.A, segundo sua última demonstração contábil anual referente ao exercício de 2021, tem um ativo total de 44 bilhões e uma receita bruta anual de 22 bilhões, colocando-a como uma empresa de grande porte.

A Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas, ampliou a obrigatoriedade de auditoria não somente em companhias com capital negociado na Bolsa de Valores, mas também para empresas consideradas de grande porte.

Seu último relatório que foi publicado, a auditoria independente concluiu que as demonstrações contábeis foram elaboradas corretamente de acordo com as normas NBC TA 700.

A própria empresa revelou por meio de comunicado de fato relevante (11/01/23): "inconsistência contábeis" da ordem de R\$20 Bi (data-base 30/09/22) - conta fornecedores - "acredita que o efeito caixa seja imaterial"

Pelo menos três exercícios para trás de 2022 já vinha acontecendo o erro, até chegar no cálculo estimado de hoje de 20 bilhões. Segundo os próprios executivos da empresa Americanas S.A.

Utilizando o relatório de auditoria de 2022 referente ao ano de exercício de 2021, destacamos os principais parágrafos. Vale ressaltar que até o término desse projeto integrado ainda não tinha sido divulgado o relatório de auditoria de 2023 referente a 2022, muitas das informações aqui contidas como CEO, administradores da empresa devem ser atualizadas.

Fonte: http://vipfiles.valor.com.br/BDEmpresas/601323.pdf

1) – Título

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2) - Destinatário.

Aos Administradores e Acionistas Americanas S.A. (anteriormente denominada B2W Companhia Digital).

3) - Seção da Opinião.

(ai) Sem modificação: "Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Americanas S.A. e suas controladas." (pag. 2)

Parágrafo de ênfase: "O desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). "(pag. 2)

"Examinamos as demonstrações contábeis individuais da (bi) <u>Americanas S.A.</u> ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em (bii) 31 de dezembro de 2021 e as (biii) respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data." (pag. 2)

4) - Seção Base para Opinião

(i) "Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. (iii) Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no (iv) Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. (v) Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. "(pag. 2)

(ii) "Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria." (pag. 9)

5) - Seção Continuidade Operacional

Mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades e seu impacto negativo na economia do País, a administração avaliou os efeitos subsequentes às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021, inclusive nas suas projeções de resultado e geração de caixa, aplicando a sua melhor estimativa, e concluiu que não há necessidade de

ISSN 1983-6767

contabilização de provisões para perdas de ativos não financeiros e não há efeitos

materiais adversos nas suas operações que coloquem em dúvida a sua continuidade

operacional." (pag. 56)

6) - Seção Principais Assuntos de Auditoria

Reestruturação societária (pag. 3); Avaliação do valor recuperável do ativo intangível e

da realização de tributos diferidos (pag. 4); Combinação de negócios (pag. 5);

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (pag. 6) Eventos Subsequentes – Incidente

Cibernético (pag. 7).

7) - Seção Outras Informações

"As operações das controladas adquiridas impactaram a receita líquida consolidada em

R\$ 473.009 e o resultado do exercício em (R\$ 8.202), desde a data da sua aquisição. Se

estas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2021, tais valores seriam de R\$

1.786.142 para as receitas líquidas e de (R\$ 103.643) para o resultado líquido do

exercício. "(pag. 101)

8) - Seção Responsabilidades pelas D. C.

(ai)"A administração da Companhia é <u>responsável pela elaboração</u> e adequada

apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório

financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), (aii)

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

distorção elaboração de demonstrações contábeis livres de relevante.

independentemente se causada por fraude ou erro." (pag. 8)

(b) Presidente Conselho de Administração: Eduardo Saggioro Garcia

Diretor Presidente e de Relações com Investidores: Miguel Gutierrez

CEO da Plataforma de Inovação e Fintech: Anna Saicali

17

CEO da Plataforma Digital: Márcio Cruz

CEO da Plataforma Física e Diretor Financeiro: *Timotheo Barros* (pag. 45)

Presidente Comitê Financeiro: Paulo Alberto Lemann (pag. 46)

9) - Seção da Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das D. C.

(ai) Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis

individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. (aii) Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. (aiii) As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com

base nas referidas demonstrações contábeis. "(pag. 8)

(bi) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. "

(bii) "Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

e suas controladas. "

(biii) "Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. "

18

- (biv) "Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia."
- (bv) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- (ci) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- (cii) Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. "(pag. 9)
- (ciii) Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. "(pag. 10)
- (d) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5. Claudia Eliza Medeiros de Miranda - Contadora CRC 1RJ087128/O-0. (pag. 10)

10) - Aponte no RAI sobre D.C alguma anormalidade na Publicação.

A auditoria não conseguiu identificar a existência de operações de financiamento de compras bilionárias, que não se encontram adequadamente refletidas na conta de

fornecedores nas demonstrações financeiras. Valores estão reconhecidos como fornecedores, mas deveriam estar reconhecidos como empréstimos.

Pode – se chegar à conclusão de que o passivo foi subavaliado. Se os R\$20 Bi forem reconhecidos no passivo, a empresa terá um passivo maior que o seu ativo, e consequentemente um Patrimônio Líquido negativo.

A empresa terá um passivo descoberto. Isso evidencia a falta de transparência e controle dos balanços financeiros realizados pela companhia.

11) - Identifique e destaque data e local da emissão do RAI sobre D.C.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Rua do Russel 804, 7° Andar, Edifício Manchete, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22.210-907, T: (21) 3232-6112, www.pwc.com/br (pag. 2)

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022. (pag. 10)

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A Perícia será de natureza contábil sempre que recair como objeto o Patrimônio de quaisquer entidades, sejam elas físicas ou jurídicas. O exercício da função pericial contábil é uma atribuição privativa do Bacharel em Ciências Contábeis, desde o Decreto-Lei n° 9.295 de maio de 1946, que organizou a profissão contábil e definiu atribuições em relação a competência legal quanto ao desenvolvimento de Perícias Contábeis.

O laudo pericial é a peça escrita, na qual o perito contábil expõe, de forma circunstanciada, as observações e estudos que realizou e registra conclusões fundamentadas sobre a matéria em litígio. A preparação e a redação do laudo são de exclusiva responsabilidade do perito que realizou o trabalho. Este documento deve expor - de forma clara, precisa e objetiva - a síntese do objeto da perícia, os critérios

adotados e as conclusões do profissional. É o texto do laudo que deve evidenciar e confirmar as bases para as conclusões do perito, pois este não produz certificação nem atestado; expõe o que foi encontrado por diligências, exames e análises. Em síntese, o laudo deve definir o parecer do perito e não expressar a opinião pessoal do perito.

A mediação e a conciliação podem ser judiciais ou extrajudiciais, já a arbitragem exclui a possibilidade da via judicial, mas o compromisso para aceitá-la pode ocorrer em juízo.

Segundo o CPC (Código de Processo Civil), o conciliador atua preferencialmente nas ações, nas quais não houver vínculo entre as partes, e pode sugerir soluções. Já o mediador atua nas ações nas quais as partes possuem vínculos, com objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que elas proponham soluções para o caso.

Tanto a Lei 13.140/2015 quanto o Código de Processo Civil tratam a conciliação como sinônimo de mediação, mas na prática há uma sutil diferença, a técnica usada na conciliação para aproximar as partes é mais direta, há uma participação mais efetiva do conciliador na construção e sugestão de soluções. Na mediação, o mediador interfere menos nas soluções e age mais na aproximação das partes.

A arbitragem é regulada pela Lei 9.307/96 e depende de convenção das partes, em cláusula específica e expressa, para ser aplicada. Quando as partes optam pela arbitragem, elas afastam a via judicial e permitem que um ou mais terceiros, os árbitros, que geralmente detém vasto conhecimento da matéria em questão, decidam o conflito. Os árbitros atuam como juízes privados e suas decisões têm eficácia de sentença judicial e não podem ser objeto de recurso.

2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL

Perito Contábil X Assistente Técnico

O perito é um profissional, nomeado pelo Juiz em demandas judiciais que exigem prova e conhecimento especializado. Tem como objetivo municiar o julgador com análises, informações e conclusões técnicas, mediante a apresentação de um laudo pericial, indispensáveis para o deslinde da ação.

O laudo pericial deve conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

Os assistentes técnicos, igualmente, são profissionais de conhecimento técnico especializado, mas que são contratados pelas partes envolvidas no litígio, sendo, portanto, parciais. O CPC (Código de Processo Civil) preceitua em seu artigo 466, §10; "Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição".

Do mesmo modo que o Perito apresenta o laudo pericial, o assistente técnico pode ofertar seu parecer técnico, impugnando ou concordando, sempre sob o ponto de vista técnico para o qual foi nomeado. São profissionais fundamentais para o

esclarecimento de questões técnicas que comumente estão inseridas em processos judiciais.

Suspeição e Impedimento

Segundo a NBC TP 01 (R1), o perito nomeado deve se declarar suspeito ou impedido quando não puder exercer suas atividades, observadas as disposições legais.

O perito deve declarar-se suspeito quando, após nomeado ou contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar a suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, desta forma, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

Impedimentos profissionais são situações fáticas ou circunstanciais que impossibilitam o perito de exercer, regularmente, suas funções ou realizar atividade pericial em processo judicial, extrajudicial e arbitral. Quando nomeado, ele deve dirigir petição, no prazo legal, justificando a escusa ou motivo de impedimento.

- <u>Imparcialidade do perito:</u> a função do perito é fornecer elementos e subsídios técnicos ao julgador. Embora a conclusão do perito não vincule o convencimento e a decisão do juiz, é de relevante importância para decisão da causa. Desta forma é exigida a imparcialidade do magistrado.
- <u>Impedimento:</u> Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:
 - I tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;
 - II ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

- III tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- IV ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- <u>Suspeição</u>: Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:
 - I se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;
 - II se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;
 - III se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;
 - IV se tiver aconselhado qualquer das partes;
 - V se for credor ou devedor, tutor ou curador, qualquer das partes;
 - VI se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- Arguição de suspeição: Art. 105. As partes poderão também arguir de suspeitos os peritos, os intérpretes e os serventuários ou funcionários de justiça, decidindo o juiz de plano e sem recurso, à vista da matéria alegada e prova imediata.

Procedimentos Periciais

Os procedimentos periciais contábeis, de acordo com a NBC TP 01 (R1), visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou

parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.

A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

A avaliação é o ato de estabelecer o valor das coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

Concluídos os trabalhos periciais, o perito do juízo apresentará laudo pericial contábil e o perito-assistente oferecerá, querendo, seu parecer técnico-contábil, obedecendo aos respectivos prazos.

O perito de juízo, depois de concluído seu trabalho, deve fornecer, quando solicitado, cópia do laudo ao perito-assistente, informando-lhe com antecedência a data em que o laudo pericial contábil será protocolado em cartório.

O perito-assistente não pode firmar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, neste caso, oferecer um parecer técnico-contábil sobre a matéria periciada.

O perito-assistente, ao apor a assinatura, em conjunto com o perito do juízo, em laudo pericial contábil, não pode emitir parecer técnico-contábil contrário a esse laudo.

O perito-assistente pode entregar cópia do seu parecer, planilhas e documentos ao perito do juízo antes do término da perícia, expondo as suas convicções, fundamentações legais, doutrinárias, técnicas e científicas sem que isto implique indução do perito do juízo a erro, por tratar-se da livre e necessária manifestação científica sobre os pontos controvertidos.

2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

Conforme NBC T 13.6 o laudo pericial contábil é uma peça escrita, na qual o perito deve registrar, de forma abrangente, a matéria da perícia. Também deve especificar os elementos e as particularidades que englobam a demanda e o litígio.

Deve registrar no laudo pericial contábil os estudos, as pesquisas, as diligências ou as buscas de elementos de provas necessárias para a conclusão dos seus trabalhos. O laudo deve ser desenvolvido de modo contínuo e lógico. Assim, o trabalho do perito é reconhecido por meio do padrão da estrutura desse documento. Sendo assim, a materialização do serviço pericial exercido pelo perito e a própria prova pericial.

A finalidade da elaboração do laudo pericial pelo profissional habilitado referente à matéria fática é possibilitar a redução de discussões judiciais e extrajudiciais. Pode-se afirmar que o laudo pericial contábil é uma peça redigida em que é demonstrado o trabalho executado pelo perito. Isso se dá de modo específico, extensivo, claro e sucinto. O laudo contém as sínteses do objeto da perícia, a investigação e as observações que o perito realizou, se houverem, as diligências executadas, os métodos

escolhidos, os resultados sustentados e as conclusões transparentes e objetivas. (SAGAH,2017)

De acordo com NBC TP 01, o laudo pericial contábil deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- (a) Identificação do processo e das partes;
- (b) Síntese do objeto da perícia: relato sucinto de forma que resulte numa leitura compreensiva dos fatos relatados ou na transcrição resumida dos fatos da lide sobre as questões básicas que resultaram na nomeação ou na contratação do perito-contador;
- (c) Metodologia adotada para os trabalhos periciais: conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar o resultado da perícia por meio do conhecimento técnico ou científico, de maneira que possa ao final inseri-lo no corpo técnico do laudo pericial contábil;
- (d) Identificação das diligências realizadas: todos os procedimentos e atos adotados pelo perito contador na busca de documentos, coisas, informações ou quaisquer outros elementos de prova, bem como todos os subsídios necessários à elaboração do Laudo Pericial Contábil, mediante Termo de Diligência, quando possível, desde que tais provas não estejam insertas nos autos. Ainda são consideradas diligências, as comunicações às partes, aos Peritos Contadores Assistentes ou a terceiros, ou petições judiciais, em decorrências de necessidade de arrecadar elementos de prova;
- (e) Transcrição e resposta aos quesitos: representam as conseqüências do trabalho técnico do perito-contador, por meio da explicitação da forma técnica pelo qual o perito contador chegou às conclusões da perícia;
- (f) Conclusão: é a quantificação, quando possível, do valor da demanda, podendo reportar-se a demonstrativos apresentados no corpo do laudo ou em documentos. É na conclusão que o perito-contador colocará outras informações que não

foram objeto de quesitação, porém, as encontrou na busca dos elementos de prova e que, de alguma forma, servirão de apoio para a opinião ou julgamento;

- (g) Anexos: são documentos elaborados pelas partes ou terceiros com o intuito de complementar a argumentação ou elementos de prova, arrecadados ou requisitados, pelo Perito-Contador durante as diligências;
- (h) Apêndices: são documentos elaborados pelo Perito-contador com o intuito de complementar a argumentação ou elementos de prova;
- (i) Assinatura do Perito-Contador: nele fará constar sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovando mediante certidão de regularidade. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP-Brasil.

2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Conforme SAGAH,2017, **mediação** é um processo formal onde as partes conflitantes recebem auxílio de um terceiro, também denominado mediador, que deverá obrigatoriamente ser imparcial em relação a elas. O mediador não sugere nem impõe uma solução, também não interfere nos termos de um eventual acordo entre as partes, seu papel é fazer com que possam chegar a um acordo julgado bom para ambas as partes divergentes.

Como descreve a lei 13.140 de 2015 em seu parágrafo único: "Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia." Ela é largamente utilizada e possui maior eficácia quando já existe um vínculo entre as partes.

A SAGAH, 2017 conceitua **conciliação** como um processo mais breve, oriundo de ajustes de interesses entre as partes discordantes. Seu objetivo é resolver os conflitos a partir da interposição de um acordo, onde as partes recebem auxílio de um terceiro, imparcial, denominado conciliador. O conciliador utiliza técnicas específicas para auxiliar todas as partes a chegarem a um acordo, apenas sugere uma solução para o caso, não impõe qualquer possibilidade às partes.

A conciliação é indicada em casos específicos, com uma controvérsia bem direcionada e delimitada, não há necessidade de se manter o relacionamento eventual entre as partes após os trâmites terem terminado.

O processo de mediação é composto por seis etapas:

- 1. Início e ambientação.
- 2. Reunião de informações.
- 3. Identificação de questões, interesses e sentimentos.
- 4. Esclarecimento das controvérsias e dos interesses.
- 5. Resolução das questões do conflito.
- 6. Encerramento, registro das resoluções encontradas.

O medidor pode utilizar as etapas do processo conforme julgar mais conveniente de forma a beneficiar as partes, demonstrando sempre transparência no processo.

Tanto a mediação quanto a conciliação são regidas por princípios básicos definidos pela lei 13.140 de 2015:

- I imparcialidade do mediador;
- II isonomia entre as partes;
- III oralidade;
- IV informalidade;
- V autonomia da vontade das partes;

VI - busca do consenso;

VII - confidencialidade:

VIII - boa-fé.

Tanto na mediação e conciliação é possível usar na esfera judicial: ligada aos trâmites legais formais e na esfera extrajudicial: informal, porém com maior rapidez para as partes envolvidas na controvérsia. E se não houver objeção de nenhuma parte envolvida é possível realizar uma audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico, não havendo necessidade de ser homologado pela justiça.

A principal vantagem da mediação e conciliação é a possibilidade de resolver o conflito de forma mais rápida, menos onerosa e menos desgastante. Além da celeridade, autonomia da vontade das partes, informalidade dos processos, efetividade, confidencialidade e prevenção de conflitos. Um processo mais simples e de fácil entendimento para as partes compreender e criar artifícios e alternativas que possam auxiliar o mediador ou o conciliador.

Representa uma ótima relação custo-benefício, pois diminui o desgaste emocional, economizando tempo e recursos financeiros.

A **arbitragem** é utilizada para acabar com problemas de ordem legal ligados a direitos patrimoniais disponíveis, tanto órgãos da administração direta quanto da administração indireta das três esferas governamentais. Quando as partes optam pela arbitragem, elas afastam a via judicial e permitem que um ou mais terceiros, os árbitros, que geralmente detém vasto conhecimento da matéria em questão, decidam o conflito. Os árbitros atuam como juízes privados e suas decisões têm eficácia de sentença judicial e não pode ser objeto de recurso (SAGAH, 2017).

O árbitro deve ser legalmente capaz e de confiança das partes envolvidas, que devem nomear um ou mais árbitros, desde que seja um número ímpar para evitar situação de empate no julgamento. O árbitro deve sempre agir com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. Os árbitros também estão sujeitos a

impedimento por suspeição conforme obrigações e responsabilidades previstas no Código de Processo Civil.

Uma das obrigações de um árbitro é, sempre que for instaurado o devido processo arbitral, a condução e a decisão da controvérsia. As partes e seus representantes legais, os advogados, são obrigados a colaborar, cooperar e fornecer ao árbitro todos os elementos necessários para que o julgamento da lide ocorra da melhor maneira.

Conforme lei 9307/96 em seu art. 26, são requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio;

II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;

III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e

IV - a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.

Na arbitragem tem-se um menor custo com despesas financeiras comparando com a justiça comum, as possibilidades de negociação são mais amplas e tem eficácia da sentença sem possibilidade de recurso.

2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS

2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS

Dentro do ambiente organizacional de uma empresa, há diversos fatores e motivos para a existência de conflitos. Os conflitos podem surgir da diversidade de ideias e necessidades não satisfeitas que visam um objetivo ou interesse. A dificuldade de lidar com este tipo de situação.

• Tópico 1: O que é um conflito ?

Um conflito é um desentendimento entre pessoas devido à divergência de valores, opiniões, interesses ou objetivos. Isto pode ser manifestado de forma evidente ou oculta. Os conflitos podem ser algo produtivo quando ambas as partes enxergam a situação como um incentivo para conseguir alcançar seus objetivos (metas). Porém os conflitos podem não ser tão benéficos assim causando um estresse no ambiente e no desgaste do relacionamento das pessoas.

• Tópico 2: Conversas difíceis

Em um relacionamento interpessoal ou em um ambiente organizacional, em algum momento conversas e assuntos difíceis podem surgir e serão necessários enfrentá-los. É bem comum o receio e medo de enfrentar estas conversas por medo das consequências que aquela situação pode causar. Esta situação pode ser inevitável e necessária para que seja resolvido algum impasse ou assunto mal resolvido, entretanto evitar estas situações nem sempre é a melhor opção.

Saber lidar com estes momentos que causam incômodo é algo que pode ajudar a passar por esta situação como:

- ➤ Não antecipar os conflitos
- > Escutar ativamente de forma compreensível
- > Empatia

- ➤ Interpretar as razões pelas quais aquela situação se tornou algo dificil
- ➤ Não ser agressivo com as palavras
- > Saber se expressar

• Tópico 3: Comunicação não violenta

Comunicação Não Violenta é um método elaborado pelo psicólogo Marshall Rosenberg no ano de 1960 que estimula a comunicação com as pessoas com uma forte conexão com os sentimentos, mesmo que sejam bons ou ruins.

A Comunicação Não Violenta oferece caminhos alternativos para comunicar aquilo que estamos sentindo ou necessitando. Podemos aplicar melhor estes benefícios da Comunicação Não Violenta quando conseguimos compreender melhor os seguintes conceitos:

- ➤ Empatia
- ➤ Escuta
- > Responsabilidade
- > Conflito

Complementando os comportamentos acima, é necessário que em todo momento não haja julgamentos, ideias preconceituosas ou uma abordagem agressiva.

Quando temos conhecimentos das boas práticas da comunicação e sabemos aplicar as técnicas da Comunicação Não Violenta, conseguimos compreender e ouvir atentamente a visão e sentimentos manifestados por trás da pessoa ao qual dirigimos a atenção.

• Tópico 4: Regras universais

Por fim, para um bom convívio e relacionamento social, devemos nos atentar às à algumas regras para garantir o bom relacionamento e alinhamento de ideias Conforme mencionado por Leonardo Magnus, CEO da empresa Genyo, devemos sempre:

- > Criar possibilidades para resolver os conflitos
- ➤ Dar feedbacks

- > Não deixar questões pendentes
- > Saber se comunicar
- > Não tomar partido
- > Buscar a participação de toda equipe
- > Exercitar a empatia
- ➤ Utilizar a rivalidade a seu favor, de forma cautelosa
- ➤ Acompanhar conflitos resolvidos para que não voltem a acontecer
- > Prevenir o surgimento de novos conflitos

Seguindo as dicas acima é possível amenizar os conflitos de forma que isso não reflita de forma negativa no ambiente organizacional.

2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

O material escolhido pelo grupo foi a utilização de um banner por ser algo que pode ser fixado no local de trabalho para lembrar a todos sobre as adversidades e desafios que podem surgir no relacionamento interpessoal no dia a dia.

No banner encontramos algumas dicas de como devemos nos portar frente a decisões e opiniões diferentes durante uma negociação, conversa, discussão e etc.

A escolha de palavras chaves é algo pensado para que sempre que situações de conflitos venham a acontecer, a pessoa reflita rapidamente e lembre das dicas passadas para compreender melhor a situação e identificar a melhor alternativa para lidar com o conflito.

O banner pode ser visto na Figura 3 em anexos e através do link abaixo:

https://drive.google.com/file/d/1pVDgS11gAF3Gv-IRBO7og6iBJg0Dfs5c/view?usp=share_link

3. CONCLUSÃO

Este projeto foi sem dúvida um dos mais complexos desenvolvidos dentro do curso de ciências contábeis, não somente por abordar temas relevantes da contabilidade e do profissional contábil mas também a complexidade dos conteúdos abordados, fazendo com que o grupo buscasse informações precisas e reais do cotidiano empresarial.

A Coapeja, empresa do ramo do agronegócio situada na região dos integrantes do grupo, forneceu informações importantes e essenciais do seu sistema de controle interno para ser possível uma análise para fins de auditoria, nota-se que existe um controle e registro bem rigoroso de suas informações e procedimentos, tendo em vista que a cooperativa presta conta de sua movimentação para seus associados por meio de relatório e parecer de auditoria externa.

Já a Americanas S.A foi escolhida para este projeto por ser alvo de inconsistência contábil depois de publicado seu balanço patrimonial em 2022. Muito se fala sobre esse caso e por isso o melhor exemplo de relatório e parecer de auditores independentes de um caso real publicado na mídia. A auditoria dá seu parecer sobre as demonstrações contábeis apresentando inconsistências entre ativo e passivo e a inexistência de operações na conta fornecedores nas demonstrações financeiras.

Também foi abordado Perícia e Arbitragem Contábil, falando sobre o profissional perito contábil e assistente técnico, descrevendo suas qualificações, deveres e obrigações, e os procedimentos periciais de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade. Demonstrou a estrutura do laudo pericial contábil conforme legislação, conceituou mediação, conciliação e arbitragem contábil, demonstrando suas diferenças e suas vantagens.

E pra finalizar demonstrando que todo conteúdo acadêmico pode ser colocado em prática na vida real e cotidiana das pessoas, o tema gerenciando conflitos está de mãos dadas com os assuntos tratados no decorrer do projeto, pois é com respeito,

empatia, compreensão e uma comunicação clara que os conflitos são solucionados, mediados e conciliados, e o sistema empresarial funciona de forma mais humana, respeitosa e dinâmica.

REFERÊNCIAS

CFC, Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TP 01 - Norma Técnica de Perícia Contábil. 2016. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf. Acesso em 28 de fevereiro, 2023.

CFC, Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TP 01. 27 de fevereiro, 2015. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01.pdf>. Acesso em 18 de março, 2023.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Conciliação e Mediação. Disponível em: . Acesso em 27 de fevereiro, 2023.

MAGNUS, Leopoldo (ed.). Gestão de conflitos: Confira como solucionar os problemas de sua empresa!: Dicas de como fazer uma gestão de conflitos e qual a importância dessa atividade organizacional para essas empresas é imprescindível. 11 de setembro, 2022. Disponível em: https://genyo.com.br/gestao-de-conflitos/>. Acesso em 18 de março, 2023.

TJDFT. Mediação X Conciliação X Arbitragem. 2019. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edic ao-semanal/mediacao-x-conciliacao-x-arbitragem>. Acesso em 27 de fevereiro, 2023.

PLANALTO. Presidência da República . Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 23 de setembro, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm. Acesso em 27 de fevereiro, 2023.

PLANALTO. Presidência da República . Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 26 de junho, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em 27 de fevereiro, 2023.

PLANALTO. Presidência da República . Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 16 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 18 de março, 2023.

POLITIZE!. Comunicação Não Violenta (CNV): o que é?. 09 de julho, 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/comunicacao-nao-violenta/. Acesso em 18 de março, 2023.

ANEXOS

AUDITORIA CONTÁBIL

PI - RAI s/ DC

Prof. Montanheiro

PROJETO INTEGRADO AUDITORIA CONTÁBIL

Ainda de acordo com o tópico 2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS de uma empresa S/A ou de grande porte, os estudantes devem abordar, destacar e responder as seções da estrutura do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis (D.C.) sem modificação ou modificado (incluindo o parágrafo de ênfase e parágrafos de outros assuntos).

I- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (RAI s/ D.C.) destaque e responda as questões abaixo. Para essa atividade enviar em office word conforme.

- **1) -** Título
- 2) Destinatário Indicando para quem é dirigido.
- 3) <u>Destaque ou Descreva a Seção da Opinião</u>.)
- a) Descreva qual é a natureza da Opinião do RAI s/ D.C. se é com:
 - i)-Opinião Sem Modificações (identifique na seção de opinião a expressão)
 - ✓ sem modificação;
 - ✓ sem modificação com parágrafo de ênfase;
 - ✓ sem modificação com parágrafo de outros assuntos.
 - ✓ sem modificação com parágrafo de ênfase e de outros assuntos
 - ii)-Opinião Modificada (identifique na seção de opinião a expressão)
 - ✓ Com Ressalva; Adverso; Abstenção de Opinião.
 - ✓ Na Opinião Modificada poderá conter os parágrafos de ênfase e de outros assuntos (identifique os §§).
- b) Identificar e destacar o que o auditor expressa na seção da opinião
- Sem modificação
 - i)-Identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas? ii)-especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as D.C?
 - iii)-Identificar o título de cada Demonstrações Contábeis (D.C), Nota Explicativas e as Principais Políticas Contábeis

Modificado

i)-Identificar a base de opinião e os tópicos acima?

4) - Seção Base para Opinião)

- i)-Identificar que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria;
- ii)-Identificar as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria;
- iii)-Identificar que o auditor é independente da entidade de acordo com as exigências éticas.....
- iv)-Identificar a jurisdição de origem das exigências éticas relevantes.......
- v)-Identificar que a evidência de auditoria obtida por ele é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

5) - Seção Continuidade Operacional

Esta seção somente será aplicável se o auditor no seu julgamento apresenta alguma incerteza no pressuposto de continuidade.

6) - Seção Principais Assuntos de Auditoria

i)-Identificar os principais aspectos importantes abordado pelo auditor nos seus exames.

7) - <u>Seção Outras Informações (todos)</u>

i)-Identificar informações inconsistente e distorção de um fato que contradizem as D.C.

8) - Seção Responsabilidades pelas D.C.

a) Identificar e destacar no parágrafo onde explica a responsabilidade da administração:

i)-pela elaboração?

MONTANHEIRO

1/2

PCM_RAIsDC_PesquisaTrabIndividual_Instrução

AUDITORIA CONTÁBIL

PI - RAI s/ DC Prof. Montanheiro

- ii)-pelos controles internos.....?
- b) Identifique os nomes dos responsáveis pela administração da empresa Presidente, Diretoria (Adm. Financeira) e Contador (realce obrigatório).
- 9) Seção da Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das D.C.
 - a) Identificar e destacar qual a responsabilidade do auditor?
 - i)-Nossos objetivos são.....?
 - ii)-Segurança razoável é um?
 - iii)-As distorções podem ser.....?
 - b) Identificar e destacar como parte da auditoria realizada, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso?
 - i)-Identificamos e avaliamos os riscos.....?
 - ii)- Obtemos entendimento dos controles internos.....?
 - iii)-Avaliamos a adequação das políticas contábeis.....?
 - iv)-Concluímos sobre a adequação do uso.....?
 - v)-Avaliamos a apresentação geral.....?
 - c) Identificar e destacar os assuntos sobre os responsáveis pela governança?
 - i)- Comunicamo-nos.....?
 - ii)-Fornecemos também aos.....?
 - iii)-Dos assuntos que foram objeto de comunicação com....?
 - Descrevemos esses assuntos.....?
 - d) Identifique os nomes da Empresa de Auditoria e Auditor Contador com o CRC.
- 10) Aponte no RAI sobre D.C alguma anormalidade na Publicação. (Termos indevidos ou falta de alguma palavra; caso não ocorra destaque item não aplicável).
- 11) Identifique e destaque data e local da emissão do RAI sobre D.C.



Figura 3 - Banner: Lidando com Conflitos

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante A)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO

CURSO: Ciências Contábeis

MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Paulo César Montanheiro

ESTUDANTE: ANA CAROLINA C. PINA

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 13/02/2023 à 30/03/2023

2. DESENVOLVIMENTO

Contextualização:

Foi proposto fazer uma análise dos controles internos e do relatório de auditoria interna de empresas reais.

Foi realizada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa COAPEJA, e apresentado os principais pontos do Relatório dos Auditores Independentes da empresa Americanas S. A. Abordamos os principais conceitos da estrutura da Perícia Contábil e o laudo pericial.

Desafio:

O maior desafio foi coletar e organizar informações de qualidade e atualizadas sobre as empresas. A única empresa que achamos para realizar a entrevista foi a COAPEJA, nela adquirimos informações de seu controle interno e tentamos compreender seus pontos fortes e fracos.

Ler todo o relatório de auditoria independente da empresa Americanas e achar cada ponto pedido, destacando e respondendo as seções de sua estrutura que foi proposto pelo professor.

Cronograma das Ações:

Por livre escolha foi definido pelos membros da equipe que a estudante Luana faria os tópicos 1 e 2.1, o Tiago os tópicos 2.1.1 e 2.1.2, a Carol os tópicos 2.2 e 2.2.1, a Durciléia os tópicos 2.2.2, 2.2.3 e 3, e a

Fernanda os tópicos 2.3.1 e 2.3.2.

O prazo de entrega foi definido pelo grupo no dia 30 de março.

Síntese das Ações:

Toda a comunicação da equipe é feita pelo WhatsApp, ocorreu tudo como previsto exceto o tópico 2.1.1 que era para ser feito pelo estudante Tiago mas foi feito pela estudante Durciléia que realizou uma entrevista na empresa COAPEJA.

a. Aspectos positivos

Conhecer os controles internos e o relatório de auditoria independente de empresas reais.

b. Dificuldades encontradas

Encontrar uma empresa com controle interno para entrevistar.

c. Resultados atingidos

Informações suficientes para realização do PI e do estudo proposto no trimestre.

d. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012020200174	NOME ANA CAROLINA C. PINA
RA 1012020200071	NOME DURCILÉIA MENDES MORAIS
RA 1012021100148	NOME FERNANDA C. DA SILVA
RA 1012020200143	NOME LUANA C. DE OLIVEIRA
RA 1012022200531	NOME TIAGO BASSINELLO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante B)

4. IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO

CURSO: Ciências Contábeis

MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Paulo César Montanheiro

ESTUDANTE: DURCILÉIA MENDES MORAIS

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 13/02/2023 à 30/03/2023

5. DESENVOLVIMENTO

Contextualização:

Foi proposto fazer uma análise dos controles internos e do relatório de auditoria interna de empresas reais.

Foi realizada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa COAPEJA, e apresentado os principais pontos do Relatório dos Auditores Independentes da empresa Americanas S. A. Abordamos os principais conceitos da estrutura da Perícia Contábil e o laudo pericial.

Desafio:

O maior desafio foi coletar e organizar informações de qualidade e atualizadas sobre as empresas. A única empresa que achamos para realizar a entrevista foi a COAPEJA, nela adquirimos informações de seu controle interno e tentamos compreender seus pontos fortes e fracos.

Ler todo o relatório de auditoria independente da empresa Americanas e achar cada ponto pedido, destacando e respondendo as seções de sua estrutura que foi proposto pelo professor.

Cronograma das Ações:

Por livre escolha foi definido pelos membros da equipe que a estudante Luana faria os tópicos 1 e 2.1, o Tiago os tópicos 2.1.1 e 2.1.2, a Carol os tópicos 2.2 e 2.2.1, a Durciléia os tópicos 2.2.2, 2.2.3 e 3, e a Fernanda os tópicos 2.3.1 e 2.3.2.

O prazo de entrega foi definido pelo grupo no dia 30 de março.

Síntese das Ações:

Toda a comunicação da equipe é feita pelo WhatsApp, ocorreu tudo como previsto exceto o tópico 2.1.1 que era para ser feito pelo estudante Tiago mas foi feito pela estudante Durciléia que realizou uma entrevista na empresa COAPEJA.

e. Aspectos positivos

Conhecer os controles internos e o relatório de auditoria independente de empresas reais.

f. Dificuldades encontradas

Encontrar uma empresa com controle interno para entrevistar.

g. Resultados atingidos

Informações suficientes para realização do PI e do estudo proposto no trimestre.

h. Sugestões / Outras observações

6. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012020200174	NOME ANA CAROLINA C. PINA
RA 1012020200071	NOME DURCILÉIA MENDES MORAIS
RA 1012021100148	NOME FERNANDA C. DA SILVA
RA 1012020200143	NOME LUANA C. DE OLIVEIRA
RA 1012022200531	NOME TIAGO BASSINELLO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante C)

7. IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO

CURSO: Ciências Contábeis

MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Paulo César Montanheiro

ESTUDANTE: FERNANDA C. DA SILVA

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 13/02/2023 à 30/03/2023

8. DESENVOLVIMENTO

Contextualização:

Foi proposto fazer uma análise dos controles internos e do relatório de auditoria interna de empresas reais.

Foi realizada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa COAPEJA, e apresentado os principais pontos do Relatório dos Auditores Independentes da empresa Americanas S. A. Abordamos os principais conceitos da estrutura da Perícia Contábil e o laudo pericial.

Desafio:

O maior desafio foi coletar e organizar informações de qualidade e atualizadas sobre as empresas. A única empresa que achamos para realizar a entrevista foi a COAPEJA, nela adquirimos informações de seu controle interno e tentamos compreender seus pontos fortes e fracos.

Ler todo o relatório de auditoria independente da empresa Americanas e achar cada ponto pedido, destacando e respondendo as seções de sua estrutura que foi proposto pelo professor.

Cronograma das Ações:

Por livre escolha foi definido pelos membros da equipe que a estudante Luana faria os tópicos 1 e 2.1, o Tiago os tópicos 2.1.1 e 2.1.2, a Carol os tópicos 2.2 e 2.2.1, a Durciléia os tópicos 2.2.2, 2.2.3 e 3, e a Fernanda os tópicos 2.3.1 e 2.3.2.

O prazo de entrega foi definido pelo grupo no dia 30 de março.

Síntese das Ações:

Toda a comunicação da equipe é feita pelo WhatsApp, ocorreu tudo como previsto exceto o tópico 2.1.1 que era para ser feito pelo estudante Tiago mas foi feito pela estudante Durciléia que realizou uma entrevista na empresa COAPEJA.

i. Aspectos positivos

Conhecer os controles internos e o relatório de auditoria independente de empresas reais.

j. Dificuldades encontradas

Encontrar uma empresa com controle interno para entrevistar.

k. Resultados atingidos

Informações suficientes para realização do PI e do estudo proposto no trimestre.

1. Sugestões / Outras observações

9. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012020200174	NOME ANA CAROLINA C. PINA
RA 1012020200071	NOME DURCILÉIA MENDES MORAIS
RA 1012021100148	NOME FERNANDA C. DA SILVA
RA 1012020200143	NOME LUANA C. DE OLIVEIRA
RA 1012022200531	NOME TIAGO BASSINELLO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante D)

10.IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO

CURSO: Ciências Contábeis

MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Paulo César Montanheiro

ESTUDANTE: LUANA C. DE OLIVEIRA

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 13/02/2023 à 30/03/2023

11.DESENVOLVIMENTO

Contextualização:

Foi proposto fazer uma análise dos controles internos e do relatório de auditoria interna de empresas reais.

Foi realizada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa COAPEJA, e apresentado os principais pontos do Relatório dos Auditores Independentes da empresa Americanas S. A. Abordamos os principais conceitos da estrutura da Perícia Contábil e o laudo pericial.

Desafio:

O maior desafio foi coletar e organizar informações de qualidade e atualizadas sobre as empresas. A única empresa que achamos para realizar a entrevista foi a COAPEJA, nela adquirimos informações de seu controle interno e tentamos compreender seus pontos fortes e fracos.

Ler todo o relatório de auditoria independente da empresa Americanas e achar cada ponto pedido, destacando e respondendo as seções de sua estrutura que foi proposto pelo professor.

Cronograma das Ações:

Por livre escolha foi definido pelos membros da equipe que a estudante Luana faria os tópicos 1 e 2.1, o Tiago os tópicos 2.1.1 e 2.1.2, a Carol os tópicos 2.2 e 2.2.1, a Durciléia os tópicos 2.2.2, 2.2.3 e 3, e a Fernanda os tópicos 2.3.1 e 2.3.2.

O prazo de entrega foi definido pelo grupo no dia 30 de março.

Síntese das Ações:

Toda a comunicação da equipe é feita pelo WhatsApp, ocorreu tudo como previsto exceto o tópico 2.1.1 que era para ser feito pelo estudante Tiago mas foi feito pela estudante Durciléia que realizou uma entrevista na empresa COAPEJA.

m. Aspectos positivos

Conhecer os controles internos e o relatório de auditoria independente de empresas reais.

n. Dificuldades encontradas

Encontrar uma empresa com controle interno para entrevistar.

o. Resultados atingidos

Informações suficientes para realização do PI e do estudo proposto no trimestre.

p. Sugestões / Outras observações

12.EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012020200174	NOME ANA CAROLINA C. PINA
RA 1012020200071	NOME DURCILÉIA MENDES MORAIS
RA 1012021100148	NOME FERNANDA C. DA SILVA
RA 1012020200143	NOME LUANA C. DE OLIVEIRA
RA 1012022200531	NOME TIAGO BASSINELLO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante E)

13.IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO

CURSO: Ciências Contábeis

MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Paulo César Montanheiro

ESTUDANTE: TIAGO BASSINELLO

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 13/02/2023 à 30/03/2023

14.DESENVOLVIMENTO

Contextualização:

Foi proposto fazer uma análise dos controles internos e do relatório de auditoria interna de empresas reais.

Foi realizada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa COAPEJA, e apresentado os principais pontos do Relatório dos Auditores Independentes da empresa Americanas S. A. Abordamos os principais conceitos da estrutura da Perícia Contábil e o laudo pericial.

Desafio:

O maior desafio foi coletar e organizar informações de qualidade e atualizadas sobre as empresas. A única empresa que achamos para realizar a entrevista foi a COAPEJA, nela adquirimos informações de seu controle interno e tentamos compreender seus pontos fortes e fracos.

Ler todo o relatório de auditoria independente da empresa Americanas e achar cada ponto pedido, destacando e respondendo as seções de sua estrutura que foi proposto pelo professor.

Cronograma das Ações:

Por livre escolha foi definido pelos membros da equipe que a estudante Luana faria os tópicos 1 e 2.1, o Tiago os tópicos 2.1.1 e 2.1.2, a Carol os tópicos 2.2 e 2.2.1, a Durciléia os tópicos 2.2.2, 2.2.3 e 3, e a Fernanda os tópicos 2.3.1 e 2.3.2.

O prazo de entrega foi definido pelo grupo no dia 30 de março.

Síntese das Ações:

Toda a comunicação da equipe é feita pelo WhatsApp, ocorreu tudo como previsto exceto o tópico 2.1.1 que era para ser feito pelo estudante Tiago mas foi feito pela estudante Durciléia que realizou uma entrevista na empresa COAPEJA.

q. Aspectos positivos

Conhecer os controles internos e o relatório de auditoria independente de empresas reais.

r. Dificuldades encontradas

Encontrar uma empresa com controle interno para entrevistar.

s. Resultados atingidos

Informações suficientes para realização do PI e do estudo proposto no trimestre.

t. Sugestões / Outras observações

15.EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012020200174	NOME ANA CAROLINA C. PINA
RA 1012020200071	NOME DURCILÉIA MENDES MORAIS
RA 1012021100148	NOME FERNANDA C. DA SILVA
RA 1012020200143	NOME LUANA C. DE OLIVEIRA
RA 1012022200531	NOME TIAGO BASSINELLO